

**DESIGUALDADE E DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL: UM ESTUDO ENTRE  
PROCESSOS E ESCALAS ESPECÍFICOS\***

**DEDIGUALDAD E DIFERENCIACIÓN SOCIOESPACIAL: UN ESTUDIO ENTRE  
PROCESOS ESPECÍFICOS Y ESCALAS**

**SOCIO-SPATIAL INEQUALITY AND DIFFERENTIATION: A STUDY AMONG SPECIFIC  
PROCESSES AND SCALES**

**Rafael de Oliveira Rodrigues Verdelho**

Mestrando do PPGG da FCT/UNESP - Presidente Prudente  
rfverdelho@gmail.com

**Resumo:** No atual contexto criado pelo desenvolvimento imbricado do capitalismo e da urbanização, as possibilidades de (re) produção socioespacial dos núcleos, e numa escala maior, das redes urbanas, passam a refletir o acesso desigual à riqueza, fundamento histórico do capitalismo, uma vez que, é justamente por esse acesso, que perpassam muitas das possibilidades de cumprimento dos interesses dos diferentes agentes que produzem e utilizam o espaço nas duas escalas. Assim, as diferenciações do urbano inerentes à produção socioespacial acabam sendo explicadas por processos e práticas diferentes em seus interesses e desiguais em suas possibilidades de execução, deslocando a desigualdade para o centro explicativo das diferenciações. Este texto irá desdobrar essas considerações a partir da análise das práticas de seletividade espacial referentes a dois processos distintos: o da reestruturação industrial paulista e o da fragmentação urbana da cidade de São Paulo. Ocorridos respectivamente nas escalas inter e intra-urbanas (Estado e cidade de São Paulo), esses são processos que revelam a espacialização da desigualdade sobre a qual o modo de produção capitalista se assenta.

**Palavras chaves:** desigualdade, diferenciação socioespacial, espaço intra-urbano da cidade de São Paulo, e rede urbana paulista.

**Resumen:** En el actual contexto creado por el desarrollo imbricado del capitalismo y de la urbanización, las posibilidades de (re) producción socioespacial de los núcleos, y en mayor escala, las redes urbanas, tienden a reflejar el fundamento histórico de la desigualdad de acceso a la riqueza del capitalismo, ya que es precisamente este acceso, que funciona a través de muchas de las posibilidades de satisfacer los intereses de los diferentes agentes que producen y utilizan el espacio en la dos escalas. Por lo tanto, las diferencias inherentes a la producción socioespacial se explican por los procesos socioespaciales y prácticas diferentes en sus intereses y desiguales en su posibilidad de aplicación, cambiando la desigualdad para lo centro explicativo de las diferencias. En este trabajo se implementará a partir de estas consideraciones el análisis de las prácticas de selectividad espacial que se refieren a dos procesos distintos, la reestructuración industrial e la fragmentación urbana. Ocurrió, respectivamente, en las escalas interurbanas y intra-urbanas (Estado y ciudad de São Paulo) se trata de procesos que revelan la desigualdad espacial en la que se basa el modo de producción capitalista

**Palabras clave:** desigualdad, diferencias socioespaciais, espacio intra-urbano de la ciudad de São Paulo y rede urbana paulista.

**Abstract:** In the current context created by the overlapping development of capitalism and urbanization, the chances of socio-spatial (re) production of cores, and on a larger scale, urban networks, tend to reflect the historical foundation of capitalism's unequal access to wealth, since it is precisely this access, which runs

---

\* Texto elaborado como trabalho final da disciplina: Produção do Espaço Urbano, oferecida entre março e dezembro de 2011 pelo PPGG/ Faculdade de Ciências e Tecnologia / UNESP / Presidente Prudente.

through many of the possibilities of meeting the interests of different agents that produce and use space in two scales. Thus, the differences of the urban inherent in the production socio-spatial end up being explained by different processes and practices in their interests and unequal in their ability to run, moving the inequality to the center explaining of the differences. This paper will deploy such considerations from the analysis of selectivity spatial practices referring to two distinct processes, the Sao Paulo industrial restructuring and fragmentation of the town of Sao Paulo. Occurred respectively in the inter and intra urban scale (state and city of Sao Paulo), these are processes that reveal the spatial inequality on which the capitalist mode of production is based.

**Key-words:** inequality, socio-spatial differentiation, intra-urban space of São Paulo, and São Paulo urban network.

## 1. Introdução

No processo de conformação do pensamento geográfico crítico, embasado na compreensão elementar da dialética estabelecida entre a sociedade e o espaço em seus movimentos históricos de reprodução, a discussão em torno dos conceitos da diferença e da desigualdade vem gerando interessantes e convidativos debates, sobretudo quando o que se procura é a adjectivação das assimetrias socioespaciais imanentes desta relação dialética. Acreditamos que a utilização de um ou de outro termo simbolize um posicionamento do pesquisador frente à realidade dada, objetiva; não uma posição política, mas um posicionamento no sentido de um ponto de vista, que pode variar conforme o foco a que se destinam determinadas dimensões e processos do recorte empírico analisado em detrimento de outros, que estruturalmente compõem a mesma realidade.

Nesse sentido partimos da ideia de que a diferença socioespacial é um conceito mais amplo, que incorpora todas as dimensões e processos que, possivelmente, constituem dada realidade, e a define a partir dessa diversidade, que via de regra é complexa. Discorrer sobre diferenças é, então, assumir uma postura que não supervalorize de antemão este ou aquele aspecto, ainda que permita a identificação de alguns mais, ou menos importantes, conforme a evolução histórica da realidade. De qualquer forma, assumir diferenças é assumir a existência da não igualdade, naturalmente presente nas diversas formações socioespaciais ao longo do tempo.

A desigualdade, por sua vez, define dada realidade baseando-se em apenas uma, ou poucas das incontáveis dimensões que a compõem. Trata-se de um termo menos amplo por comparar realidades complexamente diferentes a partir dos mesmos parâmetros. “A desigualdade exige um parâmetro comum, classificatório, que permita uma comparação global; e a diferença, *stricto sensu*, o é no sentido de alteridade” (HAESBAES apud SERPA, 2011, p.103). Portanto, a identificação das diferenciações socioespaciais é um exercício analítico complexo, que não pode se resumir a dado aspecto da realidade analisada.

Entretanto, em um país capitalista e subdesenvolvido como é o caso do Brasil - onde se localizam nossos objetos de estudo - a realidade socioespacial contemporânea do urbano aponta para a dimensão econômica como aquela que mais claramente media as inseparáveis a)

**possibilidades de reprodução social dos cidadãos b) possibilidades de apropriação do espaço da cidade e c) possibilidades de articulação produtiva da rede de cidades.** Neste contexto, condicionando fortemente pelo intermédio impositivo da dimensão econômica, as diferenciações socioespaciais urbanas produzidas, qual seja a escala da análise, inevitavelmente atrelam-se diretamente a esta dimensão da realidade.

A economia capitalista, hoje estruturada sob os mesmos princípios em qualquer parte do mundo, compõem uma realidade ao mesmo tempo quantificável (o que nos permite falar em desigualdades econômicas) e fundamental no entendimento das diferenciações socioespaciais, uma vez que, devido primeiramente ao cumprimento de seus interesses, ou seja, da manutenção da ordem econômica, parte considerável do comportamento das outras dimensões da realidade social, como a cultural, a ambiental e mesmo a política acabam sendo explicadas, enquanto o inverso cada vez menos acontece, e quando o faz é com uma força proporcionalmente muito inferior.

Assim, a diferenciação socioespacial do urbano no período atual, complexa e multidimensional, fica condicionada, não totalmente, mas fortemente, pela dimensão econômica, forjada unilateralmente pelo capitalismo e fundamentada, conseqüentemente, na produção manutenção e propagação da desigualdade. É nesse sentido que compreendemos o deslocamento da desigualdade para o centro explicativo das diferenciações socioespaciais produzidas contemporaneamente, sobretudo, no espaço urbano (CARLOS, 2007; SPOSITO, 2011).

A este pressuposto teórico mais geral, associamos outro, de caráter mais metodológico, o de que “a diferenciação socioespacial pode ser concebida segundo duas escalas conceituais, a da rede urbana e da escala intra-urbana, nas quais processos e práticas espaciais produzem padrões distintos de diferenciações” (CORRÊA, 2007, p.61). Considerando que ambas as perspectivas podem caminhar juntas, estabelecemos o trilhamento teórico-metodológico que fundamenta este trabalho.

O processo de mundialização das relações capitalistas encontra no espaço urbano, qual seja a escala da análise, seu principal lócus de realização e desenvolvimento. Como condição e consequência dessa relação, a produção socioespacial das mais diferentes cidades - escala intra-urbana -, bem como a organização funcional destas – escala interurbana -, passa a responder às necessidades sempre expansivas do capital, compondo um espaço urbano homogêneo e integrado economicamente (BRANDÃO, 2008), e que garante, pela imposição universal das relações capitalistas, simultaneamente, o aprofundamento das diferenciações socioespaciais e a reprodução ampliada do capital.

Essa dinâmica torna-se possível com o estabelecimento de normas, leis, regras e tendências que, sempre sob a prerrogativa da acumulação, e em claro detrimento aos interesses sociais,

mediam as possibilidades de apropriação, uso, comunicação e reprodução do espaço intra-urbano e, conseqüentemente, de articulação produtiva da rede urbana. Processos que não se dão sem conflitos. Outras dimensões, que não a econômica, pesam na produção do espaço social. A essas dimensões o capitalismo precisa se adaptar, por vezes incorporando-as, por vezes modelando-as, mas, mesmo sem nunca suprimi-las totalmente, fazendo-se sentir mais intensamente no conjunto da realidade socioespacial urbana produzida.

Nesse contexto, as possibilidades de (re) produção socioespacial dos núcleos e das redes urbanas passam a refletir o fundamento histórico do capitalismo, do acesso desigual a riqueza. Se o acesso a esta riqueza é dado previamente pela produção, que no capitalismo baseia-se no princípio da propriedade privada dos meios para obtê-la, a distribuição de recursos e, conseqüentemente, das riquezas pela sociedade vem sendo necessariamente (a necessidade neste caso é imposta, unicamente, pela vontade, por parte dos capitalistas, da manutenção da ordem econômica vigente) desigual, e acaba sendo justamente o elemento fundamental na produção das diferenciações, pois por esse acesso perpassam muitas das possibilidades de cumprimento dos interesses dos diferentes agentes que produzem e utilizam espaço nas duas escalas. Assim, as diferenciações inerentes à produção socioespacial acabam sendo explicadas por processos e práticas diferentes em seus interesses e desiguais em suas possibilidades de execução.

Em relação a uma consubstanciação espaço-temporal ao mesmo tempo sucinta e exemplificativa de nossa proposta de análise (frente mesmo aos limites e características deste trabalho), pretendemos identificar algumas práticas de seletividade espacial que, repetida, consolida dois processos: o da fragmentação urbana e da reestruturação industrial, ocorridos nos últimos 40 anos, respectivamente na cidade e no Estado de São Paulo. Entendidos, também, como fenômenos, estes processos, relativamente recentes, se aproveitam de algumas diferenciações socioespaciais já existentes naqueles espaços ao mesmo tempo em que produzem outras, estimulando dois padrões distintos de diferenciações, capazes de serem apreendidos em duas escalas conceituais: a intra-urbana e a da rede urbana.

O emprego de ambas as escalas funciona aqui como um artifício analítico (CASTRO, 2005), usado para dar visibilidade a dois fenômenos distintos, originários de práticas e interações espaciais específicas. Por um lado, observa-se, em ambos os processos, uma apurada seletividade espacial, seja ela planejada ou imposta, mas sempre justificada pela manutenção da ordem capitalista desigual e estimulada pelas novas lógicas (políticas e econômicas) de gestão do território surgidas após a profunda crise recessiva do capitalismo iniciada em 1970, fato que permite uma análise teórica comum dos dois processos. Por outro lado, o que exige procedimentos específicos em cada análise, é o fato de serem processos que possuem diferentes alcances e intencionalidades,

ao mesmo tempo em que são acionados por diferentes agentes, causando, na escala intra-urbana, novos padrões de diferenciação entre os componentes socioespaciais internos ao aglomerado, imperceptíveis ou irrelevantes na escala geográfica da rede urbana. Esta, por sua vez, é capaz de identificar diferenciações relativas ao papel produtivo da cidade dentro de um espaço bem mais amplo, referente ao posto assumido pela cidade dentro da divisão, hoje internacional, do trabalho.

Entendemos que as diferenciações socioespaciais decorrentes desses processos revelam, em comum, a dimensão espacial do capitalismo, sendo as suas características mais estruturais, reflexo e condição do desenvolvimento desse modo de produção. O capitalismo espacializa sua lógica condicionando o posicionamento objetivo e subjetivo de cada fração da sociedade e do espaço numa hierarquia comum, estabelecida para atender a permanente inércia reprodutiva do capital. Nesse movimento, as diferenciações são geradas sob as mesmas condições homogeneizantes, e colocadas em pé de igualdade comparativa, revelando a desigualdade como conceito capaz de centralizar a discussão em torno das diferenciações socioespaciais urbanas nas duas escalas mais recorrentemente utilizadas para abordar a temática, uma vez que, a própria “desigualdade é expressão do processo capitalista de urbanização” (RODRIGUES, 2007, p.74): urbanização entendida como processo, produto e condição da atual postura do capitalismo, e respondendo a um só tempo pela constituição das cidades e pela articulação entre elas.

Consideraremos a produção dos fragmentos urbanos na cidade de São Paulo, bem como a recente reestruturação que a industrial promove sobre a rede urbana paulista, como processos estabelecidos a partir das práticas de seletividades espaciais. Estas são ações pontuais, localizadas espacialmente e realizadas por agentes concretos e específicos em suas atuações e intencionalidades (CORRÊA, 2007); na medida em que passam a se repetirem numa continuidade espacial e temporal frequente, transformar-se-iam em processos espaciais (em nosso caso a fragmentação e a reestruturação), que por sua vez dariam os conteúdos das diferenciações socioespaciais.

A prática espacial da seletividade, colocada pelo autor supracitado como uma das mais importantes na produção das diferenciações socioespaciais, será então o ponto de partida pelo qual identificaremos os agentes, os alcances, as intencionalidades e as possibilidades explicitamente desiguais por trás dos auferidos processos, bem como o quadro socioespacial estabelecido em sua decorrência. Essa prática é segundo o autor:

[...] a prática mais comum a todos os tipos de sociedades, desempenhando papel crucial na diferenciação sócio-espacial. Trata-se de prática efetivada tanto em decisões locacionais na escala da rede urbana como na escala do espaço intra-urbano. A seletividade espacial advém da negociação entre objetivos, possibilidades do agente social específico e dos interesses e possibilidades de outros agentes. [...] acessibilidade, economias de aglomeração, status social elevado, vantagens fiscais são características que influenciam na seletividade

espacial. (CORRÊA, 2007, p. 69).

Apreenderemos as práticas espaciais seletivas tanto pela perspectiva das possibilidades dadas, quanto das restrições impostas entre os agentes que, em seus movimentos de reprodução social e projeção espacial de suas necessidades, negociam ou, muitas vezes, simplesmente impõem, na escala intra-urbana, as formas de apropriação e uso da cidade, e, na escala da rede, as formas de articulação produtiva no âmbito da divisão territorial do trabalho. Em ambas as escalas e processos, privilegiaremos a medida da espontaneidade ou da coerção por trás das decisões locacionais desiguais dos agentes, seja de investimentos capitalistas, seja das formas mais precárias de moradias.

A partir dessa proposta analítica o texto será elaborado em duas partes, cada uma referente a um processo e a uma escala. A busca de uma complementaridade entre os processos não é o objetivo maior desse trabalho, por isso não teceremos uma conclusão final geral, única.

Assim, por meio da análise desses dois processos, já consideravelmente explorados pela bibliografia urbana brasileira, pretendemos desdobrar a questão da diferenciação e da desigualdade socioespacial, de forma que a contribuição maior resida na construção de um pensamento crítico, preocupado em apontar para os imperativos inerentes à manutenção do modo de produção capitalista como a chave para o entendimento dos graves e insuperáveis desequilíbrios do espaço urbano brasileiro.

## **2. A produção das diferenciações socioespaciais na escala intra-urbana e o processo de fragmentação da cidade de São Paulo**

Esta primeira parte cuidará do tema da fragmentação urbana como processo decorrente de práticas espaciais que, mesmo diretamente envolvidas com fenômenos expressos em outras escalas, materializam-se empiricamente na escala intra-urbana. Essa escala, mais que um recorte territorial ou um foco/zoom, procurará expressar a dimensão socioespacial da produção da cidade de São Paulo a partir da análise da apropriação e uso do seu espaço. Apesar de global, receptora e emanadora de verticalidades a esse nível escalar, São Paulo continua sustentando interações espaciais locais como qualquer outra cidade, apreendidas somente por meio do artifício analítico da escala intra-urbana, capaz de apreender o movimento dialético entre a reprodução da sociedade e do espaço em seu lócus de realização, o lugar.

Considerada a priori como uma aglomeração organicamente heterogênea e interdependente fundada na divisão do trabalho mútuo e beneficentemente aproveitado, a cidade manteve, até antes de o capitalismo controlar seu processo produtivo, a coesão como um elemento fundamentalmente presente, apesar de socialmente determinado. Uma abordagem histórica mostra que cada singularidade existente em cada lugar da cidade pré-capitalista era, a cada momento, formada por

um arranjo único da sua estrutura espacial e social que mesmo indiretamente dependia de outras singularidades, de outras partes da cidade. As relações mantidas pelo conjunto de agentes, infra-estruturas, regulamentações e sinergias que garantiam formas-conteúdos específicas em cada lugar da cidade, estabeleciam-se ao mesmo tempo em que se aproveitavam, determinavam e eram determinadas indiretamente por outras singularidades, de outras partes, num processo que, inicialmente devido à divisão de tarefas que melhor (ou mesmo apenas) se realizavam concentradas espacialmente, garantia certo grau de coesão na formação desse todo socioespacial.

Então, uma diferenciação socioespacial coesa e interdepende foi elemento historicamente presente nestes aglomerados urbanos, apresentando-se, nessa leitura, como meio para a constituição de um todo capaz de harmonizar interesses diversos, uma vez que “as cidades existem e tem existido na história porque os homens têm achado mais vantajoso e eficiente administrar as próprias relações pessoais, sociais, econômicas e de poder de forma espacialmente concentrada.”(CAMAGNI, 2007, p.21) A aglomeração precede, portanto, da necessidade de relações espaciais recíprocas e próximas, que acabam por se definir pela densidade de distintas pessoas, cargos, infra-estruturas e serviços não apenas concentrados espacialmente, mas relacionando-se numa interdependência mútua.

No entanto, a cidade capitalista vem aos poucos vendo essa noção de coletividade ser aviltada por práticas de seletividade espacial individualistas, que mesmo sem superar a aglomeração espacial num primeiro momento, são responsáveis por desigualar / restringir severamente as possibilidades de uso do aglomerado ao mesmo tempo em que desconecta as interações espaciais responsáveis pelo seu acontecer cotidiano solidário. Práticas espaciais que se repetem numa frequência suficiente para estabelecer o processo de fragmentação socioespacial: característica antagônica à coesão e temporalmente recente, diretamente envolvida com a evolução imbricada do capitalismo e da urbanização, observável nas tomadas de decisões seletivas mais comuns dos agentes que negociam e/ou ocupam o solo urbano e que produzem novas e perversas diferenciações socioespaciais internas ao aglomerado. Diferenciações produzidas não mais com o fim de se articular o todo, mas com o fim nelas mesmas, o que gera a fragmentação.

Nesse sentido:

“O uso freqüente do termo fragmentação urbana repousa sobre uma imagem: a sociedade (e seus territórios, em particular urbanos) seria um todo que se quebra em pequenos pedaços. Esta imagem é tanto mais eficaz porque se pode associar a ela ‘provas’ sociais e espaciais: criação de fronteiras ou rupturas internas as aglomerações, isolamento de grupos, uns em relação aos outros, expresso pela segregação das áreas residenciais fechadas, fortes disparidades no acesso aos serviços urbanos, falta de sentimento de pertencimento”. (BOURDIN apud SPOSITO, 2011, p.142).

Acreditamos que o processo de fragmentação socioespacial relaciona-se intimamente com a transformação recente dos interesses responsáveis pela produção e pela utilização das diferenciações socioespaciais intra-urbanas. Tanto mais submetidas às regras homogêneas do capitalismo quanto mais se consolida a “conquista” da produção de uma escala global, essas diferenciações são produzidas condicionadas por novos interesses, que agora não se justificam apenas pelas facilidades advindas da proximidade espacial, tal quais aqueles que justificavam as aglomerações urbanas anteriores ao capitalismo. Acreditamos que esses novos interesses, responsáveis por novas práticas, diferenciações e diretrizes para o próprio futuro das cidades nos mais diferentes países do mundo, estejam diretamente associados a dois processos mais gerais do capitalismo, o de homogeneização e de integração, encarregados por nivelar as condições gerais de produção e circulação, e estimular a competição num ambiente favorável à acumulação (BRANDÃO, 2007).

A homogeneização como processo capitalista está isolada de qualquer ideia de semelhança e/ou contiguidade, bem como não significa a diminuição das diferenciações. Refere-se:

“à capacidade do capital em incorporar massas humanas à sua dinâmica; à atração de todos os entes à órbita de seu mercado; à subordinação a si de todas as unidades societárias; à busca de construção de um espaço uno de acumulação e à destruição de quaisquer barreiras espaciais e temporais que possam gerar atritos a seu movimento geral” (BRANDÃO, 2007, p. 73).

Entendemos esse movimento homogeneizante como a dimensão espacial de uma lei geral do modo de produção capitalista: o crescimento. Mesmo oscilando entre períodos efetivos, nos quais se concretiza, e períodos em que é apenas almejado, como durante as crises cíclicas inevitáveis do capitalismo, é apenas por meio do crescimento que os lucros podem ser atingidos e a acumulação do capital, sustentada, constituindo, assim, um dos pilares básicos da ideologia capitalista (HARVEY, 1992, p.166). A realização efetiva desse crescimento depende de inúmeros fatores, de diversas naturezas, que obviamente transformaram-se consideravelmente no decorrer da história desse modo de produção, alterando, conseqüentemente, os meios de atingi-lo. No entanto, a dimensão espacial sempre foi importante entre os mecanismos desenvolvidos para manter o crescimento das diversas economias capitalistas ao longo da história. Apesar de apresentarem especificidades que diferem conforme se define o recorte espaço-temporal, esse movimento culminou na produção de um espaço de fluxo global, em crescimento, onde todos os lugares por ele abarcados respondem às mesmas lógicas, capazes, por sua vez, de influenciar determinantemente as possibilidades de reprodução social desses lugares e, conseqüentemente, as próprias possibilidades de produção do espaço.

A associação deste movimento de expansão espacial do capital com o próprio processo de



urbanização contemporâneo, também em pleno movimento de expansão mundial, é um fenômeno observado e analisado por diversos pesquisadores que encaram por um viés crítico o modelo do desenvolvimento econômico atual, forjado no aprofundamento das desigualdades socioeconômicas e nas evidentes “contradições entre as necessidades econômicas e políticas (em suas possíveis alianças) e a reprodução do espaço como condição, meio, produto da reprodução vida social.” (CARLOS, 2011, p.65) Fato que associamos diretamente a verdadeiras anomalias observadas no tecido urbano, como a manutenção de áreas especulativas em cidades com graves déficits habitacionais.

A cidade, como forma e conteúdo decorrente da ação social sobre o espaço geográfico, não é exclusividade do período capitalista de produção. Porém, a urbanização como fenômeno visto atualmente, orientado por técnicas, interesses e lógicas comuns que culmina na produção de cidades parecidas nos mais diversos países do mundo, só foi possível devido essa incessante gana do capital de se ampliar.

Esse pensamento associativo começa a tomar corpo quando nos lembrarmos de que, num primeiro momento:

“A cidade é, particularmente, o lugar onde se reúnem as melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo. O seu caráter de concentração, de densidade, viabiliza a realização com maior rapidez do ciclo do capital, ou seja, diminui o tempo entre o primeiro investimento necessário à realização de uma determinada produção e o consumo do produto” (SPOSITO, 1994, p.64).

Desde o início da era moderna, urbanização e capitalismo desenvolveram-se estrategicamente juntos, culminando na lapidação das antigas diferenciações socioespaciais da cidade, em alguns casos, e na construção de novas, em outros. Ações, de uma forma ou de outra, sempre atinentes aos interesses do capital, que também se adaptava de acordo com o espaço construído ou às possibilidades de construção. Nesse movimento, as regras e normas capitalistas passam a se impor na mediação do acontecer interno da cidade.

Soja (1989), se referindo às contribuições de Lefebvre sobre a importância da dimensão urbano-espacial do capitalismo e da expansão da urbanização afirma:

“A própria sobrevivência do capitalismo, estava baseada na criação de uma espacialidade cada vez mais abrangente, instrumental [...]. Assim, a urbanização era uma metáfora resumida da espacialização da modernidade e do ‘planejamento’ estratégico da vida cotidiana, que haviam permitido ao capitalismo sobreviver, reproduzir com êxito suas relações essenciais de produção” (LEFEBVRE apud SOJA, 1989, p. 65).

Estando a urbanização contemporânea guiada por lógicas e interesses capitalistas comuns, onde quer que se materialize, a produção do espaço intra-urbano das mais diferentes cidades passa a

estar hoje, de certa maneira, conectada com práticas espaciais estabelecidas na escala do sistema urbano mundial. Tais práticas, de maneira geral, restringem a utilização do espaço porque os interesses econômicos se sobressaem aos sociais.

Mesmo relativizando as diferenciações socioespaciais do espaço intra-urbano das mais diferentes cidades do globo, criadas a priori histórica e organicamente, este processo de homogeneização não é capaz de superá-las ou substituí-las totalmente pela ideia de desigualdade socioespacial. Trata-se, em verdade, de um redimensionamento de nível mundial da intencionalidade por trás da produção e da utilização daquelas diferenciações, impulsionado porque a ampliação dos espaços sob o domínio do modo de produção capitalista de produção enseja e exige a comparação entre realidades socioespaciais que são em sua essência diferentes entre si. (SPOSITO, 2011 p.128)

Paralelamente a essa homogeneização das regras capitalistas que acaba por afetar negativamente as possibilidades de reprodução socioespacial da cidade, outro processo fundamental deste modo de produção associa-se atualmente ao processo de fragmentação do tecido urbano. Referimo-nos à integração, que “deve abranger a dinâmica da concorrência como seletividade impositiva que irá operar naqueles espaços e horizontes abertos pela homogeneização” (BRANDÃO, 2007, p. 75).

Acreditamos que essa concorrência, gritante se pensarmos em todos os tipos de demanda espacial em São Paulo, materializa-se na relação de práticas seletivas acionadas por diferentes agentes, com diferentes interesses, diferentes poderes econômicos e políticos que, entretanto, respondendo a normas comuns, são capazes de produzir as diferenciações socioespaciais da cidade como desigualdades. Entendidas como produções socioespaciais e, portanto, contextualizadas em dado momento no tempo, os padrões de diferenciações identificados na escala intra-urbana são hoje, sob a influência do capitalismo, produzidos e avaliados por regras mercadológicas e políticas legitimadas pela sociedade e suas instituições, que garantem uma equalização do “como oferecer” o espaço da cidade, paralelamente a uma extrema desigualdade nas possibilidades de como apropriar-se deste.

Cada parte do tecido urbano paulistano, dotado de características históricas e logo diferentes, é reavaliado pelas práticas dos agentes capitalistas, capazes de criar um ambiente fragmentado, desigual e extremamente hostil para as famílias sem poder econômico ou político (a maioria, evidentemente), que acabam por se espalhar nos interstícios dos espaços de valorização e fluxo capitalista, desconectando-se e não reconhecendo-se mais como classe social ou mesmo como habitantes de uma mesma cidade, num processo de atomização social e espacial.

Os investimentos capitalistas imobiliários também são planejados a partir de interesses e

perspectivas individuais, tomadas pelo capitalista com vistas ao lucro que determinado segmento pode garantir em determinado prazo.

Nesse sentido, uma seletividade cada vez mais acentuada e explícita, fundada numa clara comparação entre as diferenças socioespaciais se faz sentir no processo de apropriação do tecido urbano de São Paulo. Orientadas por práticas fragmentadas, desconectadas, desconhecidas mutuamente, a ocupação do espaço intra-urbano, nas suas mais diversas manifestações, faz-se por meio de práticas mais competitivas e restritivas, uma vez que àqueles interesses históricos e interdependentes, sobrepõem-se interesses econômicos individuais e a mediação da propriedade privada do solo. O espaço coletivo da cidade é num processo histórico e de alcance mundial, substituído pela mercadoria espaço. Assim:

O uso do solo (urbano) na economia capitalista torna-se regulado pelo mecanismo de mercado, no qual se forma o preço desta mercadoria *sui-generis* que é o acesso à utilização do espaço. Este acesso pode ser ganho mediante a compra de um direito de propriedade ou mediante o pagamento de um aluguel periódico. (SINGER, 1978, p.23)

O acesso ao uso do espaço cujo autor refere-se é uma questão que em nossa visão não se encerra na discussão sobre o poder aquisitivo de cada agente social, vai além, diz respeito à capacidade de intervenção de cada um no próprio movimento de produção do tecido urbano, bem como a qualidade desta intervenção. Tais agentes são definidos em cinco tipos: os donos dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos (CORRÊA, 2011). Tais agentes direcionam suas ações competindo pelos diferentes espaços da cidade, estes, por sua vez, apresentam uma dada materialidade que ao mesmo tempo condiciona o uso e é modificada pelas práticas espaciais possíveis.

Grande parte dessas possibilidades passa pelo crivo do quadro de regulamentações homogeneizadas e impostas por um dos agentes: o Estado. No processo de produção social do espaço no marco do capitalismo “a natureza da intervenção do Estado garante a exploração mútua e recíproca, enquanto a lei garante a igualdade, e nesta, a manutenção da desigualdade” (CARLOS, 2011, p.65). Este raciocínio completa fundamentalmente a compreensão dos processos de homogeneização e integração capitalistas por trás da produção das diferenças como desigualdades e da consequente fragmentação socioespacial da cidade, pois é por meio do Estado que ganham legitimidade e tornam-se possíveis e palpáveis os interesses capitalistas de criar um espaço onde reine suas relações de produção, capazes de impor mediações comuns a qualquer classe social durante o processo de apropriação social do espaço, processo que se faz essencialmente desigual, tendo em vistas o lucro e a consequente reprodução do capital como prioridades.

Isso fica claro nas estratégias, planejadas ou não, desempenhadas pelos agentes sociais da

cidade. Responsáveis por gritantes desigualdades paisagísticas, econômicas, sociais e mesmo culturais justapostas na cidade capitalista fragmentada, essas estratégias são pensadas e executadas com o aval (no caso da cidade legal) ou com a omissão do Estado (no caso da cidade ilegal), como é o caso de São Paulo. Esses grupos, obviamente com suas subdivisões, articulam-se e (re) produzem-se social e espacialmente, objetiva e subjetivamente na cidade segundo distintas intencionalidades e/ou possibilidades, meio a um espaço de relações homogeneizadas e integradas, equalizadas para toda a sociedade pela força do capital, legitimadas pelo Estado e materializadas em relações econômicas que se fundamentam na equalização do desigual.

Assim, a produção da cidade capitalista fundamentada na desigualdade se vê, por um lado, cada vez mais destituída de uma coletividade que envolva os interesses de todas as partes do aglomerado e justifique as diferenciações como meios necessários à manutenção desse todo, e, por outro lado e antagonicamente, constituída por interesses fragmentados que produzem diferenciações como desigualdades com o fim nelas próprias, e que, em comum, possuem apenas o condicionador das suas possibilidades de realização: as regras e normas capitalistas.

Pensando a produção do espaço intra-urbano de São Paulo sob essa perspectiva, podemos identificar inúmeras práticas espaciais seletivas específicas, responsáveis pelo seu caráter fragmentado e desigual, porque, mesmo condicionadas, incontáveis são as interações espaciais possíveis arroladas pelos diferentes grupos de agentes sociais que compõem este espaço. Todavia, acreditamos que as práticas espaciais desenvolvidas pelo **capital incorporador** possam exemplificar alguns aspectos fundamentais da produção desta cidade em seu contexto capitalista.

Com a intenção de consubstanciar as idéias até aqui propostas, acreditamos que o capital incorporador atua: a) sob uma lógica e com impactos socioespaciais altamente seletivos, posto que segmentos da cidade são negociados e transformados a longo prazo visando um público também seletivo, composto normalmente por uma demanda altamente solvável, mas que, respondendo por uma pequena parcela da demanda real existente na cidade, estimula a compreensão da diferenciação como negatividade para a maioria da população da cidade e b) de modo a estimular, como reflexo, práticas espaciais adaptativas por parte daqueles que não podem escolher a melhor forma de se apropriar da cidade, acentuando a desigualdade e a fragmentação socioespacial do tecido urbano.

O capital incorporador trata-se de um agente social novo, responsável por viabilizar o acesso do capital construtor ao solo-suporte de seu processo produtivo, o que viabiliza grandes investimentos, capazes de superar o obstáculo da propriedade e garantir a renovação cíclica do espaço construído da cidade (CAMPOS, 1989). No caso de São Paulo, este processo não é guiado pela grande demanda existente, em sua maioria esmagadora insolvável para esses tipos de empreendimentos.

As empresas incorporadoras articulam suas práticas espaciais sempre de modo a garantir, primeira e objetivamente, a reprodução ampliada do capital. Este feito é garantido por meio do poder de antecipação e coerção que possuem em relação aos investimentos realizados na cidade pelo Estado, capazes de valorizar desigualmente diferentes segmentos urbanos. Esses investimentos são, em sua essência, desigualmente aproveitados pela população total da cidade de São Paulo, tendência confirmada e aprofundada pelas práticas desse capital, que tem a capacidade de incorporar ao preço de seus empreendimentos, não apenas seus próprios investimentos, mas também os diferenciais providos pelo Estado, que deveriam ser capturados na sua valorização diferencial. Nesse sentido, a socialização de certos *capitais comuns* (os meios de consumo coletivos constituídos pelas infraestruturas, equipamentos de consumo coletivos e serviços) oferecidos pelo Estado, configura-se, em verdade, numa transferência de recursos da população como um todo para algumas pessoas e firmas (SANTOS, 1994).

Acentuada com a entrada do solo urbano em circuitos de valorização capitalistas cada vez mais descompassados com as necessidades básicas de reprodução do quadro social da cidade, a reprodução do capital incorporador reparte e orienta o uso do tecido urbano a partir de lógicas fragmentadas espacialmente, e são direcionadas para empreendimentos específicos e segmentos também específicos da população. A consequência dessa dinâmica é sociedade e espaço cada vez menos considerados como unidade interdependente pelos agentes que produzem a cidade.

Como reflexo dessas práticas, acentua-se a fragmentação do tecido urbano e as restrições das possibilidades de uso e ocupação do espaço para a maioria da população, que já quase normalmente são forçadas a realizar práticas espaciais ilegais em relação às imposições normativas impostas pelo Estado. Caracterizadas por possuírem apenas valores de uso por parte dos agentes que a executam diretamente, como é o caso de algumas favelas ou de espaços onde predomina a autoconstrução, são essas as práticas espaciais possíveis para grande parte dos paulistanos. Assim, “a cidade ilegal baseada no loteamento irregular e na autoconstrução, forjada a partir de 1940, continua a representar a maior parte da área urbanizada de São Paulo e é o local de moradia da maior parte dos habitantes da cidade” (BOTELHO, 2007, p.148).

As práticas seletivas dos diferentes agentes materializam-se na produção de um espaço cuja acessibilidade se faz sob um agudo e homogêneo condicionamento econômico, orientado por padrões de seletividade criados grosso modo sob duas lógicas de reprodução competitivas: do capital e da própria vida social em todas suas dimensões, que hora se complementam, hora se sobrepõem, mas normalmente se excluem. Estas duas lógicas podem ser resumidas como representando, por um lado, os agentes que vêm na produção do espaço urbano alguma expectativa ao lucro, como o caso do capital incorporador, dos proprietários fundiários especuladores, e por

outro, representando aqueles agentes que vêem o espaço da cidade exclusivamente como seu meio de reprodução social, como o caso dos moradores ilegais, daqueles que pagam aluguel, dos pequenos proprietários e dos pequenos empreendedores.

Essa dinâmica culmina em diferenciações socioespaciais profundamente marcadas, criadas no bojo de uma concorrência desigual pelo espaço. Seja visando o valor de uso, seja visando seu valor de troca, essa concorrência resulta do conflito entre decisões seletivas tomadas pelos diferentes agentes dentro de um quadro de possibilidades recortado por relações econômicas e políticas, o que por si só garantem a manutenção da desigualdade, duplamente, no processo de apropriação deste espaço e como centro explicativo das diferenciações socioespaciais produzidas neste processo.

O processo de produção socioespacial da cidade de São Paulo, assim condicionado, gera, não absolutamente, mas como tendência, um padrão de diferenciação entre as diversas partes da cidade, produzido como fim materializado de diferentes lógicas individuais, e não como meio de atingir os benefícios historicamente atrelados ao aglomerado urbano e coletivamente aproveitados. Vista deste prisma a produção socioespacial da cidade se faz fragmentadamente.

Um diálogo com Camagni (2007) cabe pertinentemente no fechamento dessa parte do texto, no sentido de que as teorias precisam se adaptar à realidade e não o contrário. Então, para quem e para quantos agentes envolvidos na produção socioespacial da cidade de São Paulo vigoram as vantagens e a eficiência da maior aglomeração urbana do país? Em outras palavras, o quão vantajoso e eficiente é administrar as relações pessoais, sociais, econômicas e de poder, de forma espacialmente concentrada, para a maioria da população paulistana?

### **3. A produção das diferenciações socioespaciais na escala da rede urbana e o processo de reestruturação industrial.**

Na escala geográfica da rede urbana, o desencadeamento dos processos que produzem as diferenciações socioespaciais é diferente daquele que se dá no espaço intraurbano. Se nesta escala trabalhamos com as possibilidades e as formas de apropriação e uso do espaço da cidade pelos diferentes agentes, a escala da rede pede outra abordagem. Apropriação e uso do espaço são processos apreensíveis na escala do lugar, privilegiada nos estudos intra-urbanos. Na escala interurbana, a somatória dos processos intra-urbanos passa a constituir processos diferentes, apreensíveis por outras categorias de análise.

O espaço apropriado e usado das diferentes cidades compõe diversas realidades, não isoladas, que em seus movimentos de conexão constituem uma nova realidade, atrelada, mas diferente da primeira, e que demanda, para a sua compreensão, formas de abordagens diferentes das utilizadas na escala intraurbana, porque supera, propriamente, aquela realidade.

Obviamente, sendo a realidade sempre uma totalidade, a complementaridade, os reflexos, as determinações e os condicionamentos acontecem **entre** escalas. Como, por quem e quando o lugar é apropriado e usado, são fatos inevitavelmente reverberados nas escalas maiores, que por sua vez, podem apreender as consequências e as determinações da coexistência funcional de diferentes realidades intraurbanas conectadas. Resumindo, conforme varia a escala do urbano, devem-se mudar as categorias de análise e as formas de abordagem, pois, práticas espaciais de alcance diferentes são induzidas a partir de intencionalidades e agentes também diferentes, causando fenômenos ao mesmo tempo interdependentes e distintos, cada qual tendo (ou vindo a ter), no plano das ideias, um arcabouço de abordagens e categorias de análise possíveis.

A rede urbana possui uma realidade e um significado próprio, passível de ser compreendido a partir de abordagens também próprias, criadas ao longo da constituição do pensamento geográfico (CORRÊA, 2006). Entre essas abordagens, a associação da rede com a categoria divisão do trabalho é uma das mais usuais, e será a retomada neste trabalho. Ou seja, a divisão do trabalho é a abordagem que empregaremos aqui para confirmarmos, a partir da análise do processo da reestruturação industrial, nossos pressupostos iniciais.

Assim, essa parte do texto será desenvolvida a partir da ideia de que a reestruturação industrial é um processo que se insere, a partir de 1970, na articulação histórica e funcional da rede urbana paulista, produzida e mantida, por sua vez, pela complementaridade, sobretudo produtiva, estabelecida entre os seus diversos núcleos (cidades). A competitividade econômica e a seletividade espacial são elementos fundamentais no entendimento dessa dinâmica. Forjada por novas estratégias espaciais do capital, acreditamos que essa movimentação acentua as diferenciações socioespaciais do Estado a partir da manutenção e propagação da desigualdade naturalmente presente no modo capitalista de produção.

A divisão do trabalho nos propõe, nesse contexto, o melhor ângulo sob o qual podemos apreender a dinâmica supracitada. Encarando a rede urbana do Estado de São Paulo como “simultaneamente um reflexo *da* e uma condição *para* a divisão do trabalho” (CORRÊA, 2004, p.26), e fechando o foco especificamente no comportamento espacial e produtivo assumido pelo setor secundário após 1970, teremos os aportes teóricos e empíricos suficientes, acreditamos, para discutir sobre alguns aspectos importantes da produção socioespacial da rede urbana paulista, mais especificamente, sobre as diferenciações imanentemente presentes.

A dimensão produtiva e, sobretudo a industrial, permanece essencial nesse entendimento, pois, “não há uma análise possível da produção do espaço que não integre o estudo da produção do espaço industrial e dos efeitos deste espaço sobre o conjunto da estrutura urbana” (CASTELLS, 1977, p.15).

O processo de reestruturação industrial observado na rede urbana paulista a partir da década de 1970 associa-se, ainda que assincronicamente, a uma nova etapa da divisão internacional do trabalho iniciada nos países capitalistas centrais. Traçada com vistas à manutenção da ordem econômica capitalista que se ajustava a uma crise a nível mundial, essa nova etapa divisão do trabalho, em nível mundial, representou um momento de expansão, integração e aprofundamento da cadeia produtiva industrial, que pode ser descrito, grosso modo, por um movimento horizontal de propagação tecnológica, responsável por englobar novas áreas produtivas, e um movimento vertical de inovação tecnológica, responsável por aprofundar a polarização exercida pelas áreas centrais, processo denominado por muitos autores de produção flexível.

Apesar de iniciada no mesmo período que enquadrámos o início da reestruturação industrial paulista, é incorreto afirmar que esta tenha sido diretamente resultado das novas estratégias flexíveis adotadas pelas indústrias dos países centrais. No Brasil, o início do processo de reestruturação está mais associado problemas endógenos diretamente associados à evolução da própria rede urbana do Estado, cujas saídas, obviamente, foram tomadas na forma de políticas pública preocupadas prioritariamente com a manutenção da ordem capitalista. Entre os processos de ordem mundial e de ordem nacional o que se vê é uma familiarização entre ambos no início da década de 1970, e uma aproximação mais direta e determinante a partir da década de 1990.

A reestruturação industrial é então, conseqüentemente, um processo apreensível em sua total complexidade e extensão apenas na dialética entre sistema produtivo mundial e a concretude de alguns segmentos dessa rede urbana por onde ele se realiza. Ao se relacionar com outras dimensões da vida social, que o processo ganha corpo, e ao interferir diretamente na produção do espaço, se torna objeto da geografia.

Mesmo compartilhando o princípio de que “a rede urbana dos países subdesenvolvidos constitui-se, em grande parte, na extensão de uma ampla rede urbana com sede nos países denominados centrais” (CORRÊA, 2004, p. 27), os processos que transitam por esta rede, onde quer que seja, encontram singularidades porque a rede urbana é histórica.

As especificidades de cada segmento (nacional ou regional) dessa rede urbana, hoje mundial, é uma das situações que convidam à realização de recortes espaciais e temporais, uma vez que o novo, devido às rugosidades espaciais herdadas de divisões do trabalho pretéritas (SANTOS, 2009) não é igualmente propagado no tempo e no espaço. Assim, as novas lógicas de acumulação capitalistas desenvolvidas após a crise do fordismo foram se adaptando as materialidades e imaterialidades presentes em cada formação socioespacial que atraía ou repulsava-as, objetivamente ou potencialmente as empresas industriais modernas.

A partir da revolução técnico-científico-informacional (que se confunde com a própria



reestruturação da indústria), as possibilidades de articulação da cadeia industrial ganharam aportes importantes para ir além de das barreiras físicas que outrora justificaram as localizações das empresas. Esse movimento, absorvido e aproveitado pelos grandes capitais na maioria dos setores industriais, passou a condicionar novas lógicas de localização industrial, refletindo num processo reestruturador não apenas industrial, mas, também, econômico, social e político, com particularidades únicas em cada formação socioespacial e atingindo-as em períodos também distintos.

Neste sentido, e para que o processo ocorrido em São Paulo seja mais bem compreendido, coloca-se a necessidade de uma breve retomada de como se deu o processo de urbanização do Estado. Associando a este as determinações da divisão internacional do trabalho, chegamos a alguns pontos fundamentais para o entendimento dos padrões de diferenciações socioespaciais presentes na rede urbana do Estado anteriormente ao processo de reestruturação, e, conseqüentemente, como se deu a evolução desses padrões no momento em que o processo de reestruturação industrial se insere nas particularidades dessa formação socioespacial.

Começamos expondo um trecho que resume a gênese da rede urbana paulista e destaca alguns aspectos considerados importantes para a compreensão das transformações que, posteriormente, ocorreriam devido o processo em voga naquele momento.

No período 1870/1929 consolidou-se a estrutura da rede urbana paulista, que foi organizada basicamente pelo traçado das ferrovias, processo articulado à expansão e ao desenvolvimento da economia cafeeira. Assim, a marcha da ocupação do Estado de São Paulo, articulada ao “complexo cafeeiro”, realizou-se pelo avanço da fronteira agrícola (onde o café foi acompanhado de outras culturas) e pela concomitante criação de núcleos urbanos que a seguir se transformaram em novos municípios. Em 1870, havia 81 municípios no Estado, e em 1929 São Paulo possuía 245 municípios. (NEGRI, 1994, p. 39)

Acrescentando a esta citação o fato de a cidade de São Paulo ter sido a que mais cresceu, populacional e economicamente, com a consolidação dessa rede urbana, podemos levantar três aspectos fundamentais no comportamento desta, que mesmo vindo a sofrer transformações expressivas a partir de 1970, sempre manteve: a) a constante dependência do comércio e das decisões externas na conformação de sua articulação produtiva b) a inércia socioespacial e a polaridade exercida pela capital do Estado e c) uma evolução permanente devido o impacto das novas tecnologias, que sempre detidas por atores hegemônicos, condiciona a evolução da divisão do trabalho pela rede, aprofundando as diferenciações socioespaciais nessa escala do urbano paulista.

Durante a história da rede urbana paulista estes três elementos podem ser detectados, claro que mais ou menos nitidamente conforme o período em questão, mas sempre estruturalmente presentes. A evolução da rede urbana paulista, e conseqüentemente do trabalho que nela dividia-se

numa relação dialética, criaram situações quantitativas e qualitativamente diferentes, periodizáveis, e é por um desses momentos de mudança que a reestruturação industrial responde como principal indutor, aproveitando-se das diferenciações já presentes no Estado para criar um novo padrão, agora mais aprofundado e assentado sob lógicas mais competitivas do capital.

A seguir, discutiremos, separadamente, cada um desses aspectos destacados com o objetivo maior de defender a ideia de que os aspectos estruturadores da rede urbana paulista estão intimamente relacionados com as determinações das dimensões econômica e política da realidade, e estas, moldadas para garantir a manutenção da lógica capitalista, comportam-se como condicionantes que delimitam, desigualmente, as possibilidades da articulação produtiva postas entre os diferentes agentes que a compõem, criando, nessa dinâmica, as diferenciações socioespaciais necessárias.

### **3.1 A constante dependência do comércio e das decisões externas na conformação da articulação produtiva desempenhada pela rede**

Se pensarmos no destino do café produzido em São Paulo, e o papel que esta cultura teve na conformação da rede urbana do Estado, fica claro o peso das determinações forâneas na estruturação do urbano paulista. Uma demanda externa, e não as necessidades sociais endógenas motivaram o surgimento de muitas cidades no Estado, nascidas já articuladas numa rede urbana que se estendida internacionalmente devido à divisão internacional do trabalho. Essa ideia é reforçada com a afirmação feita por Cano (2006, p. 203): "desde as últimas décadas do século XIX, com o café, a inserção externa da economia paulista foi extremamente importante, tanto para seu crescimento, como para suas subseqüentes transformações".

Depois de constituída, uma vida de relações sociais próprias se estabeleceu na rede urbana do Estado, existiram e existem cadeias produtivas que se dividem e reintegram-se no nível do Estado sendo demandadas pela própria população. Mas, quando pensamos no estímulo inicial dessa rede, na grande quantidade de ciclos produtivos que passam ou passaram por ela a fim de atender demandas internacionais, e na modelagem de certos padrões de consumo denominados modernos e exogenamente impostos à população paulista, fica claro que há uma justaposição, no mínimo conflituosa, da medida entre o quanto a rede urbana é efetivamente uma condição para a divisão territorial do trabalho local, ou uma rede de pura intermediação de decisões externas à rede.

Essa justaposição fica clara durante a afirmação de que:

“O café exigiu a montagem de uma rede urbana no Estado de São Paulo, compreendendo um sistema de transportes e uma rede de comércio e de serviços para uma grande massa de trabalhadores. À medida que o complexo cafeeiro foi se desenvolvendo, gerou-se um processo de urbanização que também propiciou a expansão de uma agricultura de alimentos e de matérias-primas, que passava a

operar com recursos próprios, fora da propriedade agrária cafeeira”. (NEGRI, 1994, p.25)

Ou seja, paralelamente, como condição e reflexo do circuito cafeeiro exportador, estabeleceram-se justapostamente as articulações produtivas que se iniciavam e encerravam no nível do Estado, realizando contiguamente no espaço, e articulações produtivas que se ligavam a espaços descontínuos, internacionais, mas com um grau de autonomia superior às primeiras. O primeiro tipo de articulação pode ser encarada como uma horizontalidades, e o segundo como verticalidade (SANTOS, 2009). O mesmo autor já apontava para a força subjugante do último processo ao afirmar que “a tendência atual é no sentido de uma união vertical dos lugares” (SANTOS, 2009, p. 287).

Essa justaposição estende-se até hoje. No período pós 1970 apreendido pela nossa abordagem, o conflito entre, de um lado, a articulação produtiva estabelecida *pela* rede, e, de outro, a estabelecida *através* da rede urbana, pode ser traduzido como a desigualdade de autonomia entre os diferentes agentes que a compõem. Essa autonomia, que em nosso contexto capitalista pode ser entendida como a medida de poder econômico e político de cada agente, condiciona o uso do concorrido espaço criado pela rede do Estado. Aqueles espaços com as melhores materialidades e imaterialidades, objetivas ou potenciais, foram ocupados por empresas mais poderosas, autônomas, geralmente compostas por capital estrangeiro ou atendendo a uma demanda internacional.

O papel que as multinacionais cumpriam no auge da concentração industrial em São Paulo e região metropolitana do Estado, que em 1970 era um dos únicos espaços brasileiros que comportava esse tipo de investimento, em paralelo ao atraso produtivo do resto do Estado, torna inegável a existência de uma seletividade que apontava, claramente, para a criação de um padrão de diferenciação socioespacial fortemente atrelado às decisões tomadas fora do país. Se o fundador desse padrão foi a autonomia conquistada no âmbito da economia e da política, fica claro, mais uma vez, que a desigualdade, organicamente presente nessas dimensões, se fez presente na conformação das diferenças socioespaciais inerentes à rede urbana do Estado.

A dialética estabelecida entre as articulações produtivas horizontais, realizadas no nível do Estado, e aquelas verticalizadas, a partir de impulsos internacionais, indica para a predominância da produção de uma rede urbana bastante voltada para o exterior, que ao efetivar suas potencialidades nesse sentido, acaba consequentemente restringindo as possibilidades de articulações horizontais. Portanto, a observação do nível de autonomia e da origem das decisões, são aqui dois dos muitos vieses pelos quais podemos observar as diferenciações socioespaciais da rede urbana do Estado de São Paulo, e afirmar que, também nesses aspectos, elas são produzidas a partir das desiguais possibilidades postas *para* e *entre* os agentes nacionais e internacionais que dividem o trabalho

nesse nível escalar.

### **3.2 A inércia socioespacial do espaço construído e a polaridade exercida pela capital do Estado**

Frente ao processo de reestruturação industrial ocorrido em São Paulo e do peso desse setor na conformação da sua rede urbana, fica a dúvida se podemos afirmar que a rede urbana também se reestruturou. Dúvida colocada principalmente quando se analisa o papel cumprido pela capital do Estado durante todo o histórico de alterações quantitativas e qualitativas do trabalho que se distribui pela rede.

A reestruturação em seu sentido mais amplo, “transmite a ideia de uma freada, senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política” (SOJA, 1993, p.193-194). Ao tentarmos transpassar essa noção para o entendimento da evolução da rede urbana paulista pós 1970, encontraremos pontos inócuos, que se confirmam, e outros que se excluem. Essa situação nos leva à criação do pressuposto de que a reestruturação industrial, por um lado, caminhando junto com o desenvolvimento “natural” das forças de produção capitalistas, bem como dos hábitos de consumo, modificou a própria estrutura urbana no sentido em que lhe confere as materialidades necessárias para sua inserção na moderna economia-mundo. Por outro lado, foi um processo que se encaixou nas estruturas pré-existentes sem força e nem intenção de desfazê-las por completo, mantendo uma clara situação de desigualdade econômica que se vê refletida na produção das diferenças socioespaciais principalmente entre capital e interior.

Sempre polarizando a rede urbana do Estado, o espaço construído da capital e da região metropolitana representa a mobilidade relativa do capital ou inércia do espaço construído no processo de reprodução socioespacial. Segundo Milton Santos:

Essa inércia ativa ou dinâmica se manifesta de forma polivalente: pela atração que as grandes cidades têm sobre a mão de obra potencial, pela atração do capital, pela superabundância de serviços, de infraestruturas, cuja repartição desigual funciona como um elemento mantenedor das tendências herdadas (SANTOS, 1978, p.148).

Durante o período do ciclo cafeeiro, devido ao traçado das ferrovias, passava pela cidade de São Paulo todo o café exportado pelo Estado. Quando a atividade industrial substituiu o café como carro chefe da economia paulista, a cidade continuou centralizando o fluxo produtivo, pois pela cidade acabou passando, também, uma quantidade expressiva da produção secundária, não só do Estado, como do país. Durante nosso período analisado, entendido como um novo ciclo produtivo, essa centralização não diminuiu, mas se transformou. Tornou-se mais qualitativo, o controle exercido pela metrópole em relação à cadeia industrial e, conseqüentemente, sobre a rede urbana do Estado, pode ter ficado mais discreto, talvez até aviltado se fecharmos demasiadamente o

foco sobre o fenômeno de desconcentração industrial, mas o fato é que esse processo revela, acreditamos, a irreversibilidade da polarização.

Estabelece-se uma severa dificuldade em superar a polarização depois dessa, efetivamente, se concretizar no espaço construído (BRANDÃO, 2007). A polarização, segundo este autor, é uma dimensão essencial no entendimento dos aspectos espaciais de acumulação de capital (tal quais os processo de homogeneização e integração anteriormente debatidos) “gera campos de forças desigualmente distribuídos no espaço, centralidades, ou seja, estruturas de dominação fundadas na assimetria e na irreversibilidade” (BRANDÃO, 2007, p. 81).

O movimento de desconcentração industrial, considerado aqui como um dos pilares e, não como síntese do processo de reestruturação, pode dar a ideia de equalização na distribuição da riqueza pela rede urbana do Estado, no entanto, uma falsa ideia. Os números são expressivos, Segundo Cano (2006) se em 1970 capital e região metropolitana respondiam por 58,2% do VTI nacional e o interior por 14,7%, esses números em 2003 alterar-se-iam respectivamente para 16,8% e 27,0%. Ainda, enquanto em 1970 a região Metropolitana reunia 36,09%, o município de São Paulo 28,94% e o interior apenas 6,95% do total nacional de estabelecimentos industriais, duas décadas mais tarde as participações eram de 21,95%, 9,23% e 15,26%. (SANTOS e SILVEIRA, 2005, p. 108).

Entretanto:

O simples arrefecimento no número de estabelecimentos industriais no centro metropolitano (cidade de São Paulo) e na região metropolitana, não necessariamente significa que a capital e a região metropolitana tenham perdido importância na economia industrial. A nosso ver não perderam nenhuma. [...] A diminuição no número de estabelecimentos industriais no estado de São Paulo, bem como de trabalhadores, se deu em paralelo e simultaneamente à intensificação do adensamento da indústria inovadora e de alta tecnologia capital, na região metropolitana e no seu entorno (LENCIONE, 2010, p.1).

Considerando o papel fundamental e hegemônico das inovações tecnológicas na organização do espaço econômico industrial, atualmente, acreditamos que os padrões de diferenciações socioespaciais historicamente presentes na rede urbana paulista sofreram nítidas alterações nas suas formas e conteúdos. Especificamente, o período compreendido neste trabalho, é “um período de transição, de passagem entre duas situações históricas diversas, transições que se manifestam, sobretudo, por meio de processos relativos aos setores secundário, terciário e quaternário da economia”. (SELINGARDI-SAMPAIO, 2009, p. 376). Nessa transição a capital do Estado passa a comportar não apenas o maior número de indústrias de tecnologia de ponta do país, mas também as mais acuradas externalidades positivas (serviços, apoios institucionais etc.) passando a compor o espaço “luminoso” (SANTOS, 2009) da federação para o capital e,

consequentemente, o mais convidativo a esses tipos de atividades.

Fundamentada desde sua gênese sobre uma clara desigualdade no que se refere aos investimentos materiais (trabalho morto) e na consequente organização imaterial (trabalho vivo) que circula por esse espaço, as diferenciações entre o interior e a metrópole refletem atualmente, com novas roupagens e feições, o peso histórico do subdesenvolvimento nacional e do desenvolvimento a reboque das economias internacionais.

A hierarquia da divisão internacional do trabalho materializa-se na rede urbana, que passa a ser composta por alguns pontos centrais conectados a pontos hierarquicamente inferiores, conectados a outros na mesma situação e assim sucessivamente. Obviamente essa não é a única possibilidade de articulação da rede urbana mundial, mas é a que prevalece quando se analisa como o desenvolvimento tecnológico e produtivo vem se disseminando e se alterando pela rede urbana mundial. Sendo a reestruturação um processo, justamente, dessas disseminações, esse modelo de hierarquização linear não só pode ser aplicado, como se torna suficiente para a compreensão da polarização econômica exercida por São Paulo. Conforme varia a dimensão do recorte da rede urbana mundial altera-se a relação entre polarizadores e polarizados, mas a hierarquização se mantém. É nesse sentido que na escala da rede urbana nacional, e consequentemente também na do Estado de São Paulo, capital e região metropolitana são polarizadoras, enquanto na escala da rede urbana mundial são polarizadas.

Acreditamos que seja com essa acepção e nesse contexto empírico-teórico que, “ao mesmo tempo em que se estabelece o nexos com a economia-mundo, São Paulo continua a exercer o comando da integração econômica-financeira-tecnológica do território nacional como cabeça de sua rede urbana”. (SELINGARDI-SAMPAIO, 2011, p. 377).

### **3.3 O impacto das novas tecnologias na evolução da divisão do trabalho pela rede urbana paulista e o aprofundamento das diferenciações socioespaciais.**

É inegável o peso da evolução tecnológica na conformação da rede urbana do Estado de São Paulo em todos os períodos em que essa pode ser dividida. Se pensarmos na ferrovia, no contexto brasileiro de meados do século XIX, essa podia ser considerada uma tecnologia tão impactante quanto às rodovias o foram no início do século XX e as fibras óticas vêm sendo nas últimas décadas. Cada qual em seu tempo e com os impactos que tiveram seu uso (no caso da fluidez possibilitada), sua produção (no caso das indústrias da construção civil, maquinários, veículos) e sua manutenção (nos caso das oficinas mecânicas e servidores que se dispõem pelo interior do Estado), contribuíram enormemente para a estruturação da forma da rede urbana ao mesmo tempo em que apontava o sentido de seus fluxos e de seu possível crescimento.

Dominadas no início de cada período por agentes estrangeiros que tinham como objetivos

comuns a ampliação, a diversificação e o aprofundamento da divisão internacional do trabalho, uma compreensão mais ampla do significado dessas novas tecnologias implica na consideração daquelas determinações mais gerais e abstratas do capitalismo, uma vez que, foi sob a vigência desse modo de produção, e para atender aos seus imperativos expansionistas que terminalmente essas tecnologias vem servindo ao longo da história e sendo acopladas ao território.

Dominadas por atores hegemônicos, o papel cumprido por essas tecnologias funcionaram como meio para que seus objetivos pudessem ser atingidos mais velozmente. Durante o processo de produção socioespacial engendrado nessa dinâmica “os espaços assim requalificados atendem, sobretudo, aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais” (SANTOS, 2009, p.239).

O ser hegemônico possui a capacidade de endogenia de desenvolvimento, de administração dos limites e possibilidades de si e dos outros, além de ser o portador do novo, incluindo aí, as novas tecnologias (BRANDÃO, 2007). Com este conceito fechamos a compreensão daquilo que seriam, segundo o mesmo autor, as quatro forças que resumem a dimensão espacial dos processos econômicos fomentados *pelo e para* o modo de produção capitalista. .

Assim, agentes capitalistas hegemônicos ajudaram, de acordo com a realização de seus investimentos, na conformação da rede urbana de São Paulo e na inserção do Estado na economia globalizada, pois é por essa rede que perpassaram historicamente os fluxos mais modernos, cada qual em seu tempo, das divisões internacionais do trabalho.

Todavia, esse entendimento deve repousar sobre dois pressupostos básicos. O primeiro é que um padrão tecnológico não supera totalmente o outro, ou seja, as materialidades inerentes a um período não são totalmente apagadas nos períodos subsequentes, e, segundo, é que tais padrões atuam com uma apurada seletividade espacial, concretizando-se em determinados espaços em detrimento a outros. Sobre essas premissas pretendemos aferir que o desenvolvimento tecnológico, sobretudo no período que se estende após 1970, é um fenômeno que em última instância contribui para o aprofundamento das diferenciações socioespaciais da rede urbana paulista e que o faz enquanto mantém a desigualdade no centro explicativo da dinâmica.

No contexto da reestruturação industrial paulista o nível tecnológico trabalhado pelas empresas industriais funciona como um medidor de suas pretensões locacionais, ou seja, dependendo do tipo de tecnologia requerido ou desenvolvido pela empresa ela pode se localizar em áreas mais ou menos densas em relação a infraestruturas, mão de obra qualificada e mercado consumidor “selecionado”.

Uma melhor interpretação desse novo paradigma tecnológico pode ser feito a partir da separação das empresas industriais modernas em dois grupos: as que praticam difusão e as que

praticam inovação tecnológica; o primeiro grupo cumpre um papel de divulgação, de propagação de tecnologias e o segundo as criam como novidades, algo novo (LENCIONE, 2011). A distinção locacional entre esses dois grupos incide naquelas considerações anteriores sobre a inércia do espaço construído no processo de evolução da rede urbana do Estado, uma vez que é no ponto mais polarizador, representado pela capital, região metropolitana e entorno que se localizam as empresas mais avançadas tecnologicamente.

Essa concentração pode ser analisada a partir de duas escalas da rede urbana: a nacional e a Estadual, ou seja, olhando para a o Brasil como um todo, vemos que o segmento da rede urbana recortado pelos limites do Estado paulista concentrava, em 2005, 71% de todas as empresas inovadoras e alta tecnologia presentes no país. Enfocando apenas o Estado de São Paulo, a concentração territorial persiste, a região metropolitana de São Paulo e seu entorno, compreendendo a região de Campinas, Sorocaba, São José dos Campos e Santos, detém 87,7% dessas indústrias que se fazem presentes no território paulista (LENCIONE, 2011).

Cada empresa, dependendo de sua característica tecnológica encontra nesse ou naquele subespaço o conjunto de externalidades mais eficaz para atingir suas metas de acumulação, num processo no qual fica clara a seletividade espacial. Regra aplicável a diversos recortes espaciais atingidos pelo processo da reestruturação industrial, no caso específico da rede urbana paulista podemos dizer, grosso modo, que capital, região metropolitana e entorno representam um espaço concentrado e atraente para determinadas empresas, via de regra, as de maior capital tecnológico, que apesar das deseconomias de aglomeração o procuraram dado o ambiente produzido ali historicamente. Estando dispostas a pagar o elevado preço da utilização desse espaço extremamente concorrido, criam uma situação insuportável para empresas de menor capital tecnológico que encontram no interior, por sua vez, as condições necessárias às suas expectativas de acumulação. Devido à menor concorrência e a quase ausência das deseconomias de acumulação, o interior do Estado convida a instalação das empresas que não necessitam daquele ambiente metropolitano para melhor desempenhar suas atividades, ou seja, as empresas de difusão tecnológica.

Teríamos assim uma hierarquia dos lugares frente às exigências produtivas do setor secundário, que acabam por gerar uma diferenciação caracterizada pela adensação, na capital, região metropolitana e entorno, de indústrias de inovação, serviços de alta tecnologia e instituições de pesquisa, elementos que atualmente não são encontrados significativamente em pontos dispersos do espaço geográfico, e sim, concentrados. Nesse sentido “as atividades inovativas se beneficiam da presença de uma variedade de recursos e insumos de conhecimento, imersos em um ambiente socialmente construído e espacialmente delimitado”. (FELDMAN, 1993, p. 452).

Nesse sentido:



É possível imaginar que tal seletividade espacial e socioeconômica conduza a mudanças rápidas na divisão territorial do trabalho, com firmas mais dotadas do ponto de vista técnico e financeiro tendendo a buscar uma localização onde o lucro potencial será mais forte, deixando o resto do território, ainda que com virtualidades naturais semelhantes, a firmas menos potentes.” (SANTOS, 2009, p. 249)

Para concluirmos desdobraremos, trazendo para o nosso recorte espaço-temporal, uma importante distinção debatida por Sandra Lencione:

“A inovação, a concepção de algo novo, pode se dar no produto ou no processo produtivo. Requer, portanto, uma relação bastante estreita com o setor de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), o qual se constitui num conjunto de atividades voltadas para a pesquisa básica e aplicada com a finalidade de produzir conhecimentos a serem empregados na atividade produtiva. Como é de conhecimento geral, **o desenvolvimento da inovação se constituiu num elemento do desenvolvimento econômico**. Tanto que os países ricos não medem esforços para garantir a produção de inovações, por meio de maciços investimentos em P&D”. (LENCIONE, 2011, p. 2, grifo nosso)

A criação do novo torna-se uma constante na sociedade de consumo capitalista. Com vistas a constante manutenção dos ciclos de reprodução do capital a P&D aplicada ao setor industrial representa, a nosso ver, um forte condicionante da atual articulação produtiva desempenhada pela rede urbana do Estado de São Paulo. O trabalho que por ela hoje se divide, só vem a reforçar, nesse contexto capitalista, as diferenças socioespaciais sempre presentes nesta rede. Produzidas desde o início a partir das desiguais possibilidades de desenvolvimento econômico postas a cada segmento dessa rede, as diferenciações socioespaciais do Estado revelam que a qualidade da inserção de um subespaço na articulação produtiva mundial é um fator econômico decisivo para as suas conformações, na medida em que influencia diretamente todas as outras dimensões da vida social que a as compõem.

Portanto, sendo o desenvolvimento da inovação tecnológica, antes de tudo, um investimento de capital, e ao mesmo tempo um elemento imprescindível para o desenvolvimento da economia capitalista, é óbvio que sua produção e domínio fiquem desigualmente circunscrita a determinados círculos, uma vez que, é de conhecimento geral, que o acesso à riqueza e o próprio desenvolvimento econômico capitalista são processo historicamente assentados sobre a desigualdade. A espacialização dessa concentração se faz tão seletivamente quanto sua socialização, ou seja, *onde* e *por quem* a inovação tecnológica é produzida são fatores que diferenciam claramente, a partir da desigualdade econômica, a sociedade e o espaço, produzindo, no segmento paulista da rede urbana mundial, diferenciações socioespaciais explicadas centralmente a partir da desigualdade organicamente presente no modo de produção capitalista.

#### 4. Referências

- BOTELHO, Adriano. **O Urbano em Fragmentos: A produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Anablume, 2007.
- BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento: As múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- CAMGNI, Roberto. **Economia Urbana**. Barcelona: Antonio Bosch editor S.A, 2004
- CAMPO, Pedro Abramo. **A dinâmica imobiliária. Elementos para o entendimento da espacialidade urbana**. In: Cadernos IPPUR/UFRJ, ano III, n. especial, dez. 1989. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989. P. 47-70.
- CANO, Wilson. A indústria de transformação:1989-2003. In: CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos A.; MACIEL, Cláudio S.; MACEDO, Fernando César de (Orgs). **Economia paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 – 2005**. São Paulo: Alínea, 2006.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Diferenciação sócio-espacial. **CIDADES**, v.4, n.6, 2007, p. 45-60
- CASTRO, Iná Elias.O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p, 117-140
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Diferenciação sócio-espacial, escalas e práticas sociais. **CIDADES**, v.4, n.6, 2007, p.61-72
- CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandrini; SOUZA Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão: **A produção do espaço urbano: agentes escalas e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011
- FELDMAN. An examination of the geography of innovation. **Industrial and Corporate Change**, v. 2, n. 3, 1993, p. 451-470.
- HARVEY, David. **Condição Pós Moderna**. 16º Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 1º ed. São Paulo: Moraes Editora, 1991.
- LENCIONE, Sandra. A concentração da indústria de inovação tecnológica. Texto elaborado em referência ao projeto temático: **O mapa da indústria no início do século XXI. Diferentes paradigmas para a leitura territorial da dinâmica econômica no estado de São Paulo**, 2011.
- NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. 1. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996
- RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades socioespaciais – A luta pelo direito à cidade. **CIDADES**, v.4, n.6, 2007, p.73-88
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1980.
- SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, M. e SILVEIRA M. L. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. 7ª ed. São Paulo – Rio de Janeiro: Editora Record, 2005
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2009.

SELINGARD-SAMPAIO, Sílvia. **Indústria e território em São Paulo: a estruturação do Multicomplexo Territorial Industrial Paulista: 1950-2005**. Campinas: Editora Alínea, 2009.

SERPA, Angelo. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandrini; SOUZA Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão: **A produção do espaço urbano: agentes escalas e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: Maricato, Ermínia 1978 (org.) **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

SOJA Eduard. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**: São Paulo: Contexto, 1994.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandrini; SOUZA Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão: **A produção do espaço urbano: agentes escalas e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

Recebido em: fevereiro de 2013.

Aceito para publicação em: março de 2013.